

## **O imaginário dos residentes na Vila “A” de Itaipu: substituição do número das vias por nomes**

RENATO MUCHIUTI ARANHA \*

O presente trabalho vai fazer uso, como embasamento inicial, do conceito de habitabilidade proposto por Michel de Certeau. Tal conceito tem por definição a idéia de que as nomenclaturas de localidades da cidade, seja uma praça, uma rua, uma avenida, um bairro, acabam criando uma certa identificação ou relação com a experiência, a memória e o passado, tornando estas designações o que ele define como “autoridades locais”. Isto é, localidades que possuem nomes que simbolizam, que remetem a algo presente na experiência de vida, na memória das pessoas, identificável, reconhecível. Sendo assim, Certeau argumenta que o sistema, ao tentar buscar uma interpretação da cidade única para melhor satisfazer seus anseios, transforma nomes em números, mantendo assim a univocidade. Em outras palavras, o sistema tenta desconstruir esse espaço de habitabilidade construído a partir do imaginário das pessoas que vivenciam e experienciam a cidade.

Partindo da proposta de Certeau, este artigo propõem um estudo de caso que vai em certa medida ser pensado juntamente e na direção oposta a do teórico utilizado, pois existem algumas particularidades neste objeto de pesquisa. Enquanto Certeau postula que o sistema tenta destituir as nomenclaturas para tirar o significado construído daquele espaço de habitabilidade, o objeto deste trabalho analisa um bairro que possuía suas ruas e avenidas designadas por uma numeração desde que sua criação em 1976 e que perdurou por duas décadas, sendo então substituídos os números por outra forma de nomenclatura.

O objeto desta pesquisa que foi citado acima é a Vila “A” de Itaipu, um dos três conjuntos habitacionais da referida hidrelétrica, sendo este o de nível intermediário, voltada para funcionários de nível técnico em sua maioria. Os três bairros estão localizados na cidade de Foz do Iguaçu/PR. Para representar as 157 ruas e as 12 avenidas da Vila “A” foi adotado um sistema numérico, tomando como referencial para a designação a proximidade com a rodovia que ligava o conjunto habitacional até a

---

\* Mestrando da Universidade do Estado de Santa Catarina - Udesc

usina de Itaipu. Este modelo de numeração foi adotado no ano de 1976, quando foi iniciada a obra de construção das vilas de Itaipu.

As vilas habitacionais não só no caso de Itaipu mas de qualquer obra de um certo porte traz consigo a necessidade de muitos funcionários para que a mesma seja construída. No caso específico de usinas hidrelétricas, geralmente são construídas em cidade pequenas, que não possuem uma infra-estrutura grande, sofre de falta de moradias, de restaurantes entre outras coisas, aliado ao fato de que estes trabalhadores são em sua maioria funcionários especializados. Algum atrativo deve ser dado a estes trabalhadores para que se desloquem para construções muito longe de seus locais de origem, o que no caso é o direito a casas em conjuntos habitacionais, um atrativo necessário além de ser uma necessidade imposta pelo tamanho da cidade que não comportaria alugar residências a tal montante de pessoas, direito a estudo para os filhos dos funcionários feito em escolas particulares instaladas pela própria usina e o hospital local, pois a quantidade de trabalhadores requer que haja uma estrutura hospitalar grande para atender desde doenças simples até problemas maiores devido a acidentes na obra. Tomando como exemplo Itaipu, em uma cidade de aproximadamente trinta e três mil habitantes não teria um hospital para atender essa população mais os quarenta mil trabalhadores da construção da barragem mais seus familiares.

No ano de 1997, como parte de um projeto de inclusão da Vila “A” na cidade de Foz do Iguaçu, tomou-se a decisão de substituir a numeração das ruas e avenidas por nomes, para se aproximar mais da realidade da cidade. Utilizo a palavra inclusão ao tratar da relação que tomo como bairro/cidade devido ao fato de que quando os conjuntos residenciais da usina foram construídos, eles possuíam um suporte estrutural para que somente a necessidade de fazer compras levasse os seus moradores até a “cidade”<sup>1</sup>, tendo uma infra-estrutura composta de colégios particulares pago pela Itaipu para os filhos dos funcionários, de hospital próprio para atender somente as pessoas ligadas a usina e um pequeno centro comercial.

Esse processo a que chamo inclusão tinha por objetivo preparar o desligamento da Vila “A” da Itaipu para uma vinculação efetiva com a cidade de Foz do Iguaçu, pois apesar de estarem na área do município, Itaipu e seus conjuntos habitacionais são isentos dos encargos com a poder público então a binacional mantinha serviços de corte

---

<sup>1</sup> Termo utilizado pelos moradores para se referir ao centro de Foz do Iguaçu

de grama, de garis para varrer as ruas e de segurança própria no interior das vilas.

A Vila “C” em meados da década de 1980 foi a primeira das três a ser incorporada a cidade, pois com o término das obras da barragem não havia mais necessidade de Itaipu cuidar da manutenção do bairro e de suas residências, pois não havia mais funcionários ligados a binacional habitando aquele conjunto. A ideia inicial de demolição das casas foi descartada após uma pressão por parte de políticos e jornalistas de Foz que alegavam falta de moradias na cidade. Assim teve início o processo de transferência dos conjuntos habitacionais de Itaipu para a cidade de Foz do Iguaçu.

No início da década de 1990 começa-se a preparar o as condições para a passagem dos conjuntos restantes para o controle da prefeitura, nesse contexto esta a mudança dos nomes das ruas e avenidas da Vila “A”.

Como parte da maior aproximação entre o conjunto habitacional “A” de Itaipu, tema deste trabalho, e a cidade de Foz, vale a pena ressaltar primeiramente um fato relacionado ao Colégio Anglo-Americano, localizado no interior da Vila “A”, no qual estudavam os filhos dos funcionários residentes nas Vilas “A” e “B”. No ano de 1990 parte de suas instalações foram doadas a prefeitura de Foz do Iguaçu para a criação da escola municipal Professor Josinete Holler. Mais do que a inclusão de uma autoridade política municipal no interior do bairro é ressaltado o poder público no interior de um bairro que não percebia a atuação da prefeitura. Esse fato faz parte também do momento de final de obra, quando muitos barrageiros<sup>2</sup>, estes em cargo de fiscal ou encarregado, que possuíam direito a casa na Vila “A” ao invés da Vila “C” (esta voltada totalmente aos barrageiros) estavam deixando suas residências pois não possuíam mais ligação com a binacional.

As residências que foram desocupadas por estes ex-funcionários das empreiteiras (nos anos iniciais poucos funcionários estavam vincuados a Itaipu, em sua maioria faziam parte dos consórcios Unicon e Itamon), deixaram algumas dezenas de casas desocupadas. Estas residências excedentes que ficariam sem utilidade para Itaipu, pois não havia necessidade de mais funcionários para a operação da usina, serão então emprestadas para a polícia federal, corpo de bombeiros e para funcionários de nível mais baixo do hospital de Itaipu. E como juntamente com a saída destes barrageiros

---

<sup>2</sup> Termo utilizado para designar quem trabalha na construção de barragens

seus filhos também necessariamente deixariam de estudar no Anglo-Americano, uma estrutura tão grande para o colégio acarretaria somente gastos desnecessários. Estes fatos aliado a procura por uma escola pública por parte destes novos moradores que não eram vinculados à Itaipu que não possuíam direito a escola paga pela binacional, necessitando dessa forma da educação pública.

Seguindo este mesmo projeto de desvinculação da Vila “A” da administração de Itaipu, em 1994 o hospital de Itaipu, até então totalmente voltado para atendimento dos funcionários da usina de Itaipu ou ligados a obra, como os funcionários de Furnas Centrais Elétricas, responsável pela transmissão da energia gerada por Itaipu, que também habitavam a Vila “A”, passa a atender também pelo SUS. E como agora o hospital passava a atender qualquer pessoa, o nome foi então alterado. Para Roy Wagner os nomes das coisas podem ser considerados em duas situações: como códigos ou pontos de referência ou então como parte de uma relação entre o símbolo e o que ele simboliza. Se pensarmos que a caixa-d'água do hospital em questão representa o a logomarca da Itaipu em uma escala tão grande que podia ser vista do centro de Foz do Iguaçu ainda no início da década de 1990 quando as árvores da Vila “A” não eram tão grandes, o nome Hospital de Itaipu poderia causar desconforto e fazer parecer para os que não habitavam esse bairro ou não possuíam ligação com a hidrelétrica não se reconhecesse como tendo direito a ele. Assim juntamente com a abertura para o SUS o até então hospital de Itaipu se torna hospital Costa Cavalcanti. Mesmo trocando o nome do hospital, a nova definição ainda faz uma referência a Itaipu ao homenagear o primeiro diretor-geral da usina, no entanto possui força menor de vinculação a binacional que a antiga nomenclatura.

Então tanto no caso do colégio Anglo-Americano que cede parte de suas dependências para uma escola municipal quanto do hospital de Itaipu que passa a ser uma parcela público são desta forma repassados e inseridos neste sistema para que pudesse haver um corte de gastos não mais necessários para a empresa Itaipu.

Em 1997 decide-se através de uma comissão formada por funcionários da Itaipu juntamente com a prefeitura de Foz do Iguaçu retirar as designações numéricas das vias da Vila “A” e nomea-las de outra forma para que ficassem similares a do restante da área do município. Foi então definido que os nomes das ruas seriam separados em três setores diferentes: aves, peixes e mamíferos, dividindo a área do conjunto habitacional

em três retângulos. Esses animais foram escolhidos de acordo com uma proposta do Ecomuseu de Itaipu representando animais, buscando assim um simbolismo para a busca pela preservação e reparação do ecossistema por parte da binacional, sendo alguns destes animais que agora nomeiam as ruas da Vila “A” encontrados na região do Parque Nacional do Iguaçu. Já o nome das avenidas foram dados em referência a pessoas que ligados a Itaipu que faleceram em situações anormais ou nomes que lembram o canteiro, tanto da Vila “A” quanto da barragem.

Como a população reagiu com relação a esta troca em seu imaginário? Como após vinte anos as pessoas que moravam na Rua 145 passariam a morar na Rua Jaguarundi? E os residentes da até então Avenida 3 que passariam a morar na realidade na Avenida Sílvio Américo Sasdelli? Como foram usados critérios diferentes para ruas e avenidas os impactos causados se deram também de forma diferenciada. É importante ressaltar também que do momento em que a Lei municipal nº 1.697 de 21 de setembro de 1992 foi sancionada alterando o nome das vias, passaram-se quatro anos até a efetiva utilização desta nova nomenclatura por parte dos moradores e para a alteração das placas do bairro.

Com relação as avenidas, a população que residia na Vila “A” antes da alteração ter sido efetuada ainda hoje se referem a elas pelos seus respectivos números. Isto se deve muito a dois fatores: em parte devido a uma busca por afirmação de diferenciação com relação a “cidade” de Foz do Iguaçu, mas o principal motivo é a relação criada entre estes moradores e os nomes, criou-se um pertencimento ao bairro, representado pelo modo como ele era antigamente, também devido ao fato de que muito pouco dos funcionários que efetivamente se envolveram nas obras de construção da barragem residem ou residiam naquele período na Vila “A”, o que transformava aqueles símbolos dos nomes apenas em lembranças e memórias de outras pessoas, de um tempo e momento que os residentes não haviam tido a experiência, sem contar que símbolos da obra da barragem não importariam a grande maioria da população mesmo no auge da obra da barragem a maioria dos habitantes do bairro eram mulheres e crianças. Se contarmos que as crianças não tinham acesso ao canteiro de obras do bairro e muito menos da barragem, enquanto as mulheres eram uma minoria absoluta em cargos administrativos e de escritório.

Já com relação as ruas, pouco tempo após a alteração a grande maioria das

peessoas já pararam de se referir aos antigos números, adotando a atual nomenclatura. Fato interessante é que não é raro encontrar pessoas afirmando que o sistema numérico era melhor. Se alguém perguntar a um morador antigo da Vila “A” sobre a localização de determinada rua, muito provavelmente ele não saberá responder, mas comentará que o antigo sistema era melhor, pois podia-se saber onde era cada rua ou ao menos aproximadamente pois era em ordem numérica, partindo de oeste a leste. No discurso expresso pelas pessoas, geralmente elas tomam os antigos números, assim como no caso das avenidas, como uma reminiscência do passado, quando o bairro era diferente. No entanto mesmo estas pessoas não se referem as suas ruas através dos números, mas sim adotam o nome do animal que representa a via de sua residência.

Essa adoção do novo sistema de nomenclatura deve muito ao modo como ficou a divisão da Vila “A” através dessa separação em três partes distintas. Essas classes (aves, peixes e mamíferos), utilizando aqui o termo usado na biologia, também pode ser visto como a divisão por classe dentro do próprio enquadramento funcional e, conseqüentemente, do nível da moradia.

A área da Vila “A” que recebeu a denominação de aves é a parte oeste do bairro, onde estão localizadas as menores residências, feitas com materiais mais simples e com acabamento inferior, sendo a localidade que possui a única avenida do bairro sem canteiro central, formado por ruas mais estreitas, na qual residiam funcionários que ocupavam cargos sem a necessidade de 2º grau completo, tais como serventes, cozinheiros e motoristas.

A parte leste do bairro foi nomeada utilizando mamíferos como representação das ruas. Nessa parte do bairro, com casas maiores, sendo residências já de três dormitórios enquanto na parte oeste as casas só possuem dois, tendo inclusive um banheiro e um “quarto de empregada”, com um acabamento melhor, incluindo lajotas no chão dos banheiros, nas quais habitam os funcionários de nível médio, geralmente técnicos, funcionários de linhas e seguranças de Itaípu, mas também funcionários do hospital, como médicos, dentistas e administradores.

A parte central da Vila “A” foi nomeada utilizando nomes de peixes. Um fato que vale a pena ser ressaltado é a designação dada pelos próprios habitantes dessa parte da Vila “A” para si: aquário, devido ao nome dos peixes, mas sendo utilizada como um designador de superioridade. Essa parte do bairro é composta pelas

residências de nível mais alto, sendo seus moradores engenheiros sem nível suficiente para conseguir casas na Vila “B”, administradores, técnicos e operadores em sua maior parte. No entanto existe uma pequena parcela dessa porção central da Vila “A” na qual se encontra residências muito próximas as encontradas na parte oeste, isto é, a parte das casas mais simples e dos funcionários em níveis mais baixos.

Castoriadis vai dizer que a rede de significações e imaginárias de uma sociedade, ou no caso aqui abordado de um determinado grupo, tenta estabelecer seu próprio mundo, onde define o que é real e o que não é, o que tem sentido e o que não tem. Vão assim estabelecer então significados próprios as coisas.

Essa busca por dar um significado e sentido próprio para o mundo usando a imaginação está presente aqui nesse objeto, pois as pessoas passaram a reconstruir seus significados de espaço através da oportunidade dada através da imposição de nomes nas vias da Vila “A”. Porém foram apreendidas e significadas de formas diferentes, pois enquanto as ruas possibilitaram uma criação de um simbolismo e diferenciação por nível dentro de um imaginário social. Imaginário social aqui está sendo entendido como as construções coletivas de interpretação e organização social através dos símbolos, que no caso seriam os nomes e os números das ruas e avenidas.

Criou-se então uma identidade mais forte com relação ao seu nível empregatício e funcional através desta mudança na alteração das ruas, coisa que não ocorreu com as avenidas, que apenas exaltavam um passado que não fazia parte da experiência dos que lá habitavam e ao invés de criar uma maior percepção de sua identidade enquanto grupo social, ou classe como o próprio termo biológico das ruas sugere, eles acabava por negar uma memória da vivência das pessoas naquele lugar, enquanto moradores daquele bairro.

As identidades destes grupos, enquanto uma divisão por nível social, representadas principalmente pelo tipo de moradia, pois esta carrega uma carga simbólica que identifica o enquadramento funcional e conseqüentemente, o salário de seus residentes, se enquadra na categoria de representações mentais de Pierre Bourdieu, pois agora, não somente as casas mas também as ruas serviriam para delimitar uma identidade, um reconhecimento a um determinado grupo social.

Abre-se espaço para pensar também nos objetivos e resultados desses projetos de inserção da cidade de Foz do Iguaçu nas vilas, especificamente aqui a Vila “A”, assim como o movimento contrário também seja verdadeiro, da Vila “A” adentrando a cidade,

de forma que os objetivos de alcançar uma maior semelhança com outros bairros de Foz e maior distanciamento de Itaipu.

Itaipu então causou um impacto ambiental enorme com a represa, que alagou uma vasta quantidade de terras, sendo parte desta floresta, as cachoeiras de Sete Quedas na cidade de Guaíra além da morte de muitos animais que não escaparam da cheia do rio Paraná.

Então logo após o termino das obras da usina Itaipu começou um processo de transformar sua imagem de destruidora da natureza para preservacionista. No ano de 1982 enquanto o lago enchia foi feito o projeto “Pega Bicho”, responsável por retirar animais da área que seria submersa. Nos anos que se seguiram foi criado em 1983 o maior projeto de reflorestamento do mundo até então, que consistia em plantar arvores em toda a margem do lago da usina, foi criada o Ecomuseu de Itaipu e o Refugio Biológico, obras que cuidavam dos animais capturados e promoveriam iniciativas ambientais.

Os novos nomes estão dentro deste projeto de alterar a imagem da empresa, sendo inclusive proposta pelo Ecomuseu a atual designação dos nomes das ruas, transformando uma empresa que provocou um impacto ambiental enorme em uma empresa que se preocupa em devolver o que destruiu e tentar alternativas para sempre buscar fazer o bem para a natureza.

#### Referências Bibliográficas

- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer*. São Paulo: Edusc, 1998
- BACZKO, Bronislaw. *In: Encicloédia Einaudi*, s.1. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, editora Portuguesa, 1985
- CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano. 1. Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994. 16ª edição
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 2008. 7ª edição, 3ª reimpressão
- WAGNER, Roy. *Symbols that stand for themselves*. Chicago: The University of Chicago Press, 1986